

Artigo

América Latina, um Projeto de sociedade subordinada? Uma abordagem crítica aos limites de desenvolvimento da região

Fernanda Milena Alves Machado*
Laís Benevenuto de Azevedo**

Resumo

A presente pesquisa parte do seguinte questionamento: por que as economias latino-americanas foram incapazes de superar determinados limites de desenvolvimento comparado às economias centrais durante toda sua história de integração ao capitalismo? Nossa hipótese vai no sentido da estruturalidade da condição subordinada e dependente da economia e da sociedade latino-americanas no interior do modo de produção capitalista. Incluímos modelo de sociedade de forma a abarcar a própria estruturação do trabalho e, portanto, das relações sociais na região, sob o molde de um regime de acumulação que pauta uma posição perpetuamente desigual e dependente na periferia do sistema. Buscamos demonstrar ainda que a acumulação violenta e saqueadora embasa a própria construção da infraestrutura capitalista na América Latina. E mais, que a violência e o saque não se diluem à medida que o regime de acumulação se sofisticava. Pelo contrário, se aprofundam e se institucionalizam exponencialmente, tornando-se a égide do regime de acumulação na atual etapa imperialista, financeirizada e neoliberal de desenvolvimento do capitalismo. A pesquisa se estrutura metodologicamente por meio do materialismo histórico-dialético, à medida que utiliza do arcabouço teórico a respeito do capitalismo contemporâneo e da Teoria Marxista da Dependência para fazer apontamentos sobre a subordinação da região latino-americana.

Palavras-chave: América-Latina. Capitalismo. Dependência. Mercantilização. Neoliberalismo.

América Latina, ¿un proyecto de sociedad subordinada? Un aporte crítico a los límites del desarrollo en la región

Resumen

Esta investigación parte de la siguiente pregunta: ¿por qué las economías latinoamericanas no lograron superar ciertos límites de desarrollo frente a las economías centrales a lo largo de su historia de integración al capitalismo? Nuestra hipótesis va en la dirección de la estructuralidad de la condición subordinada y dependiente de la economía y la sociedad latinoamericana dentro del modo de producción capitalista. Incluimos un modelo de sociedad para englobar la estructura misma del trabajo y, por tanto, de las relaciones sociales en la región, bajo el molde de un régimen de acumulación que orienta una posición perpetuamente desigual y dependiente en la periferia del sistema. También buscamos demostrar que la acumulación violenta y de saqueo sustenta la construcción misma de la infraestructura capitalista en América Latina. Y más, que la violencia y el saqueo no

se diluyan a medida que el régimen de acumulación se vuelve más sofisticado. Por el contrario, se profundiza y se institucionaliza exponencialmente, convirtiéndose en la égida del régimen de acumulación en la actual etapa imperialista, financiarizada y neoliberal del desarrollo del capitalismo. La investigación se estructura metodológicamente a través del materialismo histórico-dialéctico, ya que utiliza el marco teórico sobre el capitalismo contemporáneo y la Teoría marxista de la Dependencia para realizar apuntes sobre la subordinación de la región latinoamericana.

Palabras clave: Latinoamérica. Capitalismo. Dependencia. Mercantilización. Neoliberalismo.

* Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, milenamachado.fernanda@gmail.com

** Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, laisbazevedo@hotmail.com

A América Latina enfrenta, historicamente, um problema crônico de desenvolvimento socioeconômico, com aparentes limites à sua capacidade de superação da condição dependente primário-exportadora. No presente estágio do capitalismo - financeirizado e pós-fordista - a posição subordinada das economias latino-americanas parece se aprofundar e a superexploração do trabalho permanece na base do processo de acumulação capitalista na periferia do sistema, apesar dos progressos técnicos atingidos globalmente. Mediante tais contradições, questionamos por que, após cinco séculos de inserção forçada ao capitalismo, a América Latina permanece incapaz de superar sua posição economicamente subordinada? E quais os possíveis desdobramentos da manutenção de um modelo de acumulação por espoliação para a região?

Nossa hipótese é de que a situação de dependência, acompanhada da imposição da autorregulação do capital, constringe a capacidade de desenvolvimento das economias latino-americanas, pelo imperativo do lucro. Partimos dos pressupostos marxianos e da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para definir as condições estruturais e estruturantes ao sistema capitalista, que estabelecem os impulsos de acumulação pela via colonial no

capitalismo nascente, e a conseqüente subordinação histórica da América Latina perante as economias centrais industriais (MARINI, 1981; MARX, 2013), bem como das contribuições de Harvey (2008) acerca dos mecanismos atualizados de manutenção da acumulação de capital sob a égide do imperialismo, do saque e da superexploração em uma nova etapa de desenvolvimento do sistema, e dos apontamentos de Gowan (2003) a respeito da reconfiguração de forças do capitalismo que tem ocorrido no último quarto do século XX, marcadamente mediadas por relações financeiras e monetárias internacionais, através de um reflexo dos interesses do centro hegemônico. Por fim, os aportes de Chesnais (1994) e Garlipp (2001) em referência à sobreposição da esfera financeira sobre a produtiva como tendência do modelo neoliberal, como também de Polanyi (2013) a respeito da mercantilização de mercadorias fictícias como desdobramento do capitalismo contemporâneo.

Pretendemos, portanto, atacar as seguintes frentes de discussão: 1) debater o processo de acumulação primitiva que é intensificado durante a colonização e a revolução industrial, com o objetivo de fundamentar a hipótese de que a subordinação latino-americana se perpetua em razão do regime de acumulação capitalista; 2) discutir a posição dependente em que as economias latino-americanas se consolidam com a Divisão Internacional do Trabalho, bem como as transformações no sistema monetário financeiro internacional ao longo do século dezanove, que é atravessado pela hegemonia da Inglaterra e sua posterior derrocada, cedendo lugar para os Estados Unidos como potência hegemônica e principal financiador dos países do núcleo orgânico capitalista, com a finalidade de explicitar as mudanças políticas ocorridas que contextualizaram a transição para o neoliberalismo; 3) perceber como os desdobramentos dessa nova configuração hegemônica influenciam a economia política internacional como um todo, desde a primeira guerra mundial até os dias de hoje, através das contribuições teóricas de Gowan (2003), Harvey (2008) e Polanyi (2013) a respeito do neoliberalismo e dos capitais transnacionais e seus impactos globais e domésticos.

Dito isso, sigamos com os primeiros vislumbres de estruturação capitalista sobre as bases da colonização e os impulsos de sofisticação do sistema e das relações coloniais, a partir da I Revolução Industrial, quase que num fenômeno dialético de co-constituição.

1. A inserção subordinada: da colonização à revolução industrial

Os aparentes limites ao desenvolvimento comparado latino-americano em seus cinco séculos de inserção subordinada à dinâmica capitalista levantam questões teóricas importantes sobre as possibilidades de superação do subdesenvolvimento da região. Ao longo da primeira metade do século XX, as Teorias do Desenvolvimento - em suas diversas vertentes, incluso a Cepalina - posicionaram o debate em torno a projetos de resolução da condição subdesenvolvida da América Latina via aparelho político, de maneira a impulsionar seu alcance à modernidade nos moldes europeus (DOS SANTOS, 1998). No entanto, as tentativas frustradas de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que ocorrem das décadas de 1930 a 1950, (e o subsequente retorno massivo à posição primário-exportadora já no século XXI) apontam para condicionantes estruturais da subordinação econômica - política e social - latino-americana, que não podem ser superadas por alternativas calcadas em reformas conjunturais (PAULANI, 2012; TAVARES, 2016).

É justamente desse esgotamento teórico que, na década de 1960, surgem as teorias da dependência - também dispostas em diversas vertentes - com olhares sistêmicos sobre o subdesenvolvimento latino-americano (DOS SANTOS, 1998; AMARAL, 2006). Nosso enfoque no presente trabalho se dá para a vertente marxista, que se desdobra num esforço de aplicação da crítica da economia política marxiana e do materialismo histórico-dialético para a interpretação do processo de inserção subordinada - e manutenção dessa posição - da América Latina no modo de produção capitalista (MARINI, 1981).

A TMD compreende, portanto, que o subdesenvolvimento não se configura apenas como condição estrutural das economias periféricas no sistema capitalista, como também constitui base fundante do projeto de modernidade europeu e de hegemonia capitalista que implica o desenvolvimento das economias centrais (MARINI, 1981; DOS SANTOS, 1998). Para além, essa condição estrutural e estruturante de subordinação econômica, se transpõe para o próprio tecido social e para a constituição política doméstica latino-americana - ou periférica, no geral - tendo em vista que a estrutura econômica implica relações sociais de produção e o estabelecimento da superestrutura que dela deriva e que é responsável pelo seu manutenção, num movimento dialético em espiral (GILL, LAW, 1989; DOS SANTOS, 1998).

Sendo que a dependência acompanha o desenvolvimento estrutural global do capitalismo, podemos apontar, ainda, que a condição específica de subordinação econômica latino-americana se reestrutura mediante as reconfigurações sistêmicas pelo qual o modo de produção capitalista passa. Nesse sentido, Amaral (2006) demonstra que as relações de dependência possuem contornos próprios durante a fase colonial sob a qual os territórios latino-americanos estão subjugados (e que corresponde ao impulso inicial de acumulação primitiva no estabelecimento das bases do capitalismo), adquirem novos contornos com o processo da I Revolução Industrial e se moldam às novas dinâmicas produtivas globais derivadas da reestruturação econômica desencadeada a partir do pós- II Guerra Mundial.

[...] é possível distinguir três formas históricas da dependência. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos in natura e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência “financeiro-industrial” que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. [...] Na década de 50, se consolida uma terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Neste caso ocorre

que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente. (AMARAL, 2006, p. 30)

De maneira que precisamos, portanto, voltar às bases da conformação do sistema capitalista enquanto hegemônico, para compreendermos a situação de permanente subordinação a que as economias latino-americanas estão impostas e o caráter fundamentalmente exploratório da acumulação de capitais, inclusive sobre a classe trabalhadora das economias do centro do capitalismo. Para tal, observemos os impulsos iniciais da acumulação e seus efeitos diretos no processo de colonização dos territórios americanos.

O processo da acumulação primitiva foi responsável pela expropriação dos meios de produção tanto nos centros quanto nas periferias, como abordado por Marx (2013), é anunciado pela experiência da Inglaterra em seu modo clássico, através dos cercamentos, conversões de terras em áreas de pastagens e o roubo de terras na Inglaterra, por meio de um processo violento do capital de transformação da exploração feudal para a exploração capitalista, cujo marco teórico é estabelecido no século XVI, ao longo do seu desenvolvimento assume matizes diferenciadas, percorre múltiplas fases em diversas sequências e momentos históricos diferentes (MARX, 2013).

Na América Latina, através da colonização, os países centrais iniciaram um processo de espoliação de recursos minerais, alimentos, insumos, roubo de terras de povos originários, exploração de matérias-primas e da expropriação do produtor rural e camponês de suas terras, transformando-os em assalariados. Dentro desse contexto é iniciado o sistema monetário financeiro bimetálico em que o ouro e a prata eram as moedas de troca principais no sistema internacional (GALEANO, 2010).

A expropriação de produtores rurais de suas terras, processo que já estava em curso na Inglaterra antes da Revolução industrial, toma outras proporções quando esta ocorre, à medida que a demanda por mão-de-obra para compor a produção acelerava o aumento desse contingente populacional em assalariados fabris nos centros urbanos. No entanto, pelo desenvolvimento

do regime de acumulação, o desemprego estrutural também será um componente elementar, que irá nortear a vida dessas pessoas que antes tinham seu sustento baseado no que produziam em suas terras, influenciando no aumento de migrações (MARX,2013).

Dentre as implicações que o assalariamento causou, o elemento central que interessa para essa exposição é a apropriação de mais-valia absoluta e relativa, que é o aspecto chave para a transformação de dinheiro em capital e geração de mais-valor (e aqui está inserido a superexploração do trabalho, no que se refere à utilização da força de trabalho de maneira excessiva, comprometendo a vida desses trabalhadores fabris). É fundamental para o entendimento da centralização de capitais e a noção de desenvolvimento, à medida que a apropriação de mais-valia por parte dos donos dos meios de produção (que só se tornaram donos por meio do processo de acumulação primitiva), é o primeiro eixo para o processo de produção de capital. Uma vez que a maquinofatura se consolida enquanto regime de produção, a acumulação de capital segue a lógica inversa à distribuição simples de mercadorias, em que o dinheiro passa a ser o ponto de partida e o de chegada ao mesmo tempo (MARX, 2013).

A introdução da maquinofatura eleva o regime de acumulação capitalista a um novo patamar de desenvolvimento, com implicações diretas e profundas também para as economias latino-americanas, recém introduzidas ao comércio internacional “soberanamente”. O que podemos observar na materialidade, no entanto, é o estabelecimento de relações de dependência, que garantem a subordinação e a remessa de riqueza das ex-colônias ao centro do capitalismo.

Marini (1981) demonstra o papel central que a superexploração dos fatores de trabalho na América Latina possui, tanto na consolidação do capitalismo enquanto sistema hegemônico, quanto na consolidação das economias centrais industriais como tais. O saque dos fatores de trabalho nas colônias latino-americanas permite o estabelecimento de fluxos comerciais e monetários internacionais e a sofisticação dos processos de produção

industrial na Europa, desobrigada em grande parte da produção alimentícia para sua própria sustentação (MARINI, 1981). Esse ponto é essencial para explicar o salto de produtividade atingido com o advento da I Revolução Industrial no continente europeu, mediante avanços tecnológicos historicamente incomparáveis, fomentados pela centralização e concentração de capital e pela continuada busca ao lucro exorbitante empenhada pelos capitalistas industriais (MARINI, 1981; MARX, 2013).

Sendo assim, a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que passa a ser formada a partir da colonização dos territórios latino-americanos possibilita a especialização industrial da Europa, que culminaria em processos de formação econômica fundamentalmente desiguais entre as economias centrais e periféricas. A Revolução Industrial é, portanto, o marco de consolidação das relações de dependência, ao pavimentar a implementação de dinâmicas de apropriação de valor diversas entre as economias periféricas e centrais (MARINI, 1981). A especialização produtiva decorrente da DIT fomenta progressos técnicos nas economias industriais, que descambam no processo de extração da mais-valia relativa e no conseqüente aumento do volume de lucro obtido pelos capitalistas centrais (MARINI, 1981). Por outro lado, essa mesma especialização produtiva, na periferia, perpetua sua posição subordinada e dependente, desvaloriza seus termos de troca e comprime as condições de vida da classe trabalhadora em termos absolutos (MARINI, 1981).

Isso por dois motivos principais. Em primeiro lugar, mediante ao progresso técnico, à aquisição do lucro extraordinário e à extração da mais-valia relativa, a taxa de lucro obtida pelo capitalista industrial cai em comparação à composição orgânica do capital (MARINI, 1981). O que pode ser corrigido pela queda dos custos em capital constante ou em capital variável, sendo ambos possíveis a partir da queda do preço das *commodities*, que permite a redução dos salários - pelo barateamento generalizado dos produtos necessários à reprodução da vida do trabalhadores - e dos gastos em capital constante (MARINI, 1981; MARX, 2013).

Em segundo lugar, o comércio entre ramos estabelece o lucro médio, que promove a diluição das taxas de lucros e a transferência de parte da riqueza da periferia ao centro (MARINI, 1981). O trabalhador da periferia passa a ser superexplorado com vistas à compensação da perda de parte do lucro obtido pelo capitalista periférico no intercâmbio desigual. A superexploração ocorre pelo acréscimo do tempo ou intensidade de trabalho, somada à compressão dos salários - logo, do consumo -, de forma que o trabalhador assalariado se vê incapaz de repor seu desgaste de maneira sustentada (MARINI, 1981; MARX, 2013). Assim, formam-se ciclos desassociados de capital na América Latina, que realiza sua circulação e produção de mercadorias em âmbitos diversos (MARINI, 1981). Esse cenário impede o desenvolvimento de um mercado consumidor interno robusto nas economias periféricas, o que perpetua sua posição primário-exportadora, voltada para fora e conduzida pelos interesses das economias centrais (MARINI, 1981).

Nos atentemos agora à conjuntura econômica internacional desse mesmo período histórico, da I Revolução Industrial. Decisivo não somente na caracterização da DIT e na consolidação das relações de dependência que subordinam as economias latino-americanas, como também na formação de um sistema monetário internacional que influenciará sobremaneira na perpetuação da dependência. Mais ainda, de um sistema monetário que passa a se adequar ao processo já em curso, segundo Lenin (2009) e Hilferding (1975) de monopolização e financeirização do sistema capitalista, que levará, no século seguinte, ao aprofundamento das relações de dependência. É importante nos determos nesses pontos, para compreendermos a dimensão financeira e mundializada da subordinação econômica - logo, política e social - da América Latina, bem como seus contornos imperialistas.

2. Hegemonia da libra e da dívida: como a locomotiva inglesa lidera o capitalismo rumo à centralização de capital

A Inglaterra durante o século XIX, por ser a pioneira da Revolução Industrial e a responsável por influenciar na intensificação da exploração da mão de obra na América Latina, concentrar os meios de produção, como também por estabelecer inserção forçada da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho, se apresentava na época como a economia com maior poder de financiamento do mundo e por concentrar o fluxo de comércio mundial, todos os países que mantinham relações comerciais tinham interesse em adotar um padrão monetário que era compartilhado por seus vizinhos comerciais e financeiros e por isso foi estabelecido padrão ouro-libra (EICHENGREEN, 2000).

A primeira implicação do estabelecimento do regime ouro-libra se baseia na condição de privilégio para a Inglaterra que nenhum outro país do mundo possuía, o qual era o de financiar seus déficits em balança de pagamentos através da emissão de moeda. Em segundo lugar, a materialização do banco central e a criação de ativos financeiros (máquina moderna de moeda e crédito) fez com que a Inglaterra se tornasse o principal credor das economias mundiais e esse fato tem repercussões para a América Latina, posto que acompanhado do financiamento também vinham imposições políticas, controle sobre a economia e a elevação do endividamento público (EICHENGREEN, 2000).

A liderança inglesa no processo de industrialização massiva da Europa, conduz à hegemonia da libra e ao estabelecimento de relações de dívida com as economias periféricas, que se perpetua até os dias atuais (MARINI, 1981; POLANY, 2013). Isso porque se estabelece, desde então, o endividamento das economias latino-americanas com relação à Inglaterra, pela implantação das infraestruturas necessárias ao funcionamento minimamente competitivo do capitalismo nessas economias periféricas (LUXEMBURGO, 1975; MARINI, 1981). De acordo com Marx (2013), a dívida

pública surge com o nascimento do modo de produção capitalista como ferramenta da acumulação primitiva e como recurso para a acumulação de capital. Exige-se, portanto, pagamento pela própria inserção forçada, colonial e dependente da América Latina a uma dinâmica econômica conformada para sua exploração e subordinação. Estamos falando, no entanto, da prevalência dos interesses das burguesias, intercontinentalmente aliadas em prol da maximização de seus lucros. O pacto de economia política da classe dominante vigora desde o impulso inicial da acumulação primitiva até os dias atuais.

Por hora, no entanto, percebamos as implicações diretas da hegemonia da libra na organização produtiva e financeira internacional nesse estágio de desenvolvimento do capitalismo, a vias do monopolismo. A Inglaterra desponta como hegemonia econômica durante a I Revolução Industrial e patrocina ou se aproveita das lutas por independência colonial na América Latina para estabelecer relações econômicas dominantes com as ex-colônias (MARINI, 1981). Implementação de infraestrutura, financiamentos, incentivo à exportação de produtos primários e importação de bens manufaturados posicionam as economias latino-americanas, periféricas, em situação de dívida com a Inglaterra e em déficit comercial (MARINI, 1981).

Mesmo quando esse déficit comercial se torna superávit, a desvalorização dos produtos primários, no intercâmbio desigual, não permite a quitação das dívidas (MARINI, 1981). Podemos dizer que surge assim o problema do endividamento externo na América Latina, consolida-se a Divisão Internacional do Trabalho e, logo, as relações de dependência propriamente ditas. A dívida externa, que no início servia como compensação de balanças comerciais deficitárias, converte-se nos principais gastos de governo entre as economias latino-americanas, atuando, na prática, como forma de transferência à metrópole inglesa de parte dos créditos da balança comercial (MARINI, 1981). Estranhamente, no entanto, quanto mais crescem as exportações, mais crescem as dívidas e maior porcentagem ocupam dos saldos das balanças comerciais (MARINI, 1981).

Ao mesmo tempo, a Inglaterra, que se torna hegemônica no terreno financeiro, também encabeça os processos de incremento tecnológico industrial. Ambos feitos são herança do impulso inicial de acumulação primitiva, que garante já um nível elevado de concentração e centralização de capitais pelas burguesias inglesas; fruto dos cercamentos, da intensa exploração dos trabalhadores manufatureiros, da desarticulação das oficinas de artesãos, do genocídio e do saque colonial, dentre outros desdobramentos violentos do mercantilismo (MARINI, 1981; MARX, 2013). Ou seja, o que vemos é uma situação de início conformada estruturalmente para a sobreposição dos interesses de uma classe sobre a outra, movida pela lógica primordial do lucro, que instrumentaliza a subordinação de um continente como ferramenta de seu assentamento, em pacto político-econômico com as nascentes burguesias nacionais latino-americanas, também implantadas pelo poder colonial (MARINI, 1981; MARX, 2013).

A especialização produtiva internacionalmente conformada é assim imposta e o abismo tecnológico que se estabelece entre economias industriais, centrais e economias periféricas, primário-exportadoras, a partir daí, impede o desenvolvimento comparado (MARINI, 1981). Essa organização internacional do sistema capitalista, que conta por muito tempo com a liderança inglesa para sua implementação, é essencial para a maximização da lucratividade, quando se leva em conta o intercâmbio desigual, a extração da mais-valia relativa e as vantagens do investimento produtivo e financeiro em economias menos desenvolvidas - ávidas por injeções de capital e infraestrutura, dispostas ao fornecimento de mão-de-obra e matérias-primas baratas, baixos custos de implantação, isenção fiscal e financiamento estatal (HILFERDING, 1975; MARINI, 1981). Dessa forma, fica demonstrado que o desencadeamento de sucessivas camadas de exploração, constitui a posição de desvantagem das economias latino-americanas, tanto no comércio internacional, quanto no setor financeiro (majoritariamente industrial-bancário, nesse momento, portanto, inglês).

No entanto, em razão dos altos custos com a primeira e com a segunda guerra mundial, a Inglaterra entra em uma bancarrota e assim cria-se uma brecha no sistema internacional para que os Estados Unidos assumam o vácuo deixado pelo império britânico enquanto tentavam se recuperar (SERRANO, 2002). A criação do FED em 1917 ilustra o início da alteração dessas estruturas. Os Estados Unidos se estabelecem como financiador das economias centrais a partir desse período e começam a acumular reservas de ouro, no entreguerras, as potências europeias, que se veem em uma situação econômica de acúmulo de dívidas em razão do conflito internacional, passam a adotar medidas protecionistas para controlar a economia, nesse ponto os Estados Unidos já prestavam um papel bem mais relevante como financiadores nas reparações pós guerra (BLOCK, 1978).

Elevam-se os níveis de acumulação de capitais e, logo, a necessidade da multiplicação de frentes de investimento lucrativas, que impeçam a sobreacumulação, desvalorização de capital e, conseqüentemente, as crises (HARVEY, 2004). É a partir desse novo problema, gerado pela sofisticação do capitalismo em monopolista e pela elevada acumulação, que, ao longo do século XX, desponta um processo de exponencial financeirização do sistema (BARRETO, 2018). A criação de frentes especulativas de aplicações financeiras garante a reprodução ampliada no nível e ritmo que a acumulação de capitais exige nessa nova fase de desenvolvimento (BARRETO, 2018). O resultado é a progressiva vulnerabilização da economia internacional, em especial das economias periféricas e devedoras, a “atualização” das relações de dependência sob o signo do imperialismo neoliberal, a desindustrialização e conseqüente precarização do trabalho e das condições de vida de toda a classe trabalhadora.

3. O germe do capitalismo financeirizado: transformações no sistema financeiro internacional e o moinho satânico do capital

No ano de 1944, é estabelecido o Sistema de Bretton Woods, os países tinham como preocupações formais a correção da desordem monetária, os instrumentos ociosos e a riqueza mal empregada, ademais, as medidas protecionistas que os países utilizaram durante o entre guerras eram interpretadas como um percalço para o crescimento econômico. Sendo assim, promoviam o livre comércio, a estabilização macroeconômica e as reformas estruturais. Para garantir o livre comércio com as economias periféricas, buscavam corrigir os problemas de financiamento externo das economias com problemas de queda no volume de exportação, déficits orçamentários, instabilidade monetária, assim é criado o FMI (destinado formalmente a lidar com desequilíbrios de curto prazo da balança comercial) e o BIRD e o GATT (GARLIPP, 2001).

Acompanhado do sistema de Bretton Woods, também se inicia o padrão dólar-ouro, ao passo que os Estados Unidos já haviam se consolidado como hegemonia, assumindo o lugar que a Inglaterra ocupava anteriormente. As reservas de ouro dos Estados Unidos nesse momento já eram equivalentes a dois terços do ouro do mundo, enquanto as reservas da Inglaterra haviam se dissipado para liquidação dos déficits em balança de pagamento (SERRANO, 2002).

Podemos observar essa conjuntura de transição hegemônica e instabilidade econômica das economias centrais como uma brecha histórica ao processo de industrialização periférica e arroubo desenvolvimentista na América Latina. Vê-se, nesse momento, a possibilidade de deslocamento do eixo dinâmicos das economias latino-americanas, de fora para dentro, através da ISI, que prometia a superação do degrau do subdesenvolvimento e incorporação total ao projeto de modernidade capitalista (TAVARES, 2016). O que, no entanto, não é alcançado, tendo em vista o desencadeamento de disputas subimperialistas entre as economias subdesenvolvidas latino-

americanas - que denuncia a real falta de competitividade dessas indústrias nacionais no cenário internacional -, o endividamento externo provocado pela alta demanda de divisas para execução dos projetos industrializantes, a permanência do pilar de exportações no setor primário e a incapacidade de formação de um mercado interno robusto, capaz de absorver a produção de bens de consumo domesticamente (MARINI, 1981; PAULANI, 2012; TAVARES, 2016).

O que ocorre é que a estrutura capitalista inalterada é incapaz de ser moldada por ações políticas conjunturais. A verdadeira transformação que decorre da distribuição produtiva global é a formação de uma nova DIT, que possibilita às economias centrais reestruturadas no pós II Guerra (lideradas agora pela hegemonia estadunidense), a implementação de incrementos tecnológicos que aprofundam o poço de desigualdade competitiva entre centro e periferia, inaugurando uma nova etapa do desenvolvimento capitalista internacionalmente, que assume contornos próprios a partir da década de 1970 (MARINI, 1981; PAULANI, 2012, TAVARES, 2016).

A contextualização da formação da hegemonia estadunidense se faz necessária, portanto, para o entendimento das alterações impostas durante a década de 1970: como se observa, os Estados Unidos desde 1917 assumem o lugar que a Inglaterra ocupava durante o século dezenove e começam a centralizar o poder monetário/financeiro, processo que estabelece as bases para se tornarem também a hegemonia mundial do século. No entanto, durante a década de 1960, a Guerra Fria e os altos custos para combater a ameaça comunista são responsáveis por gerar um questionamento da sua hegemonia no cenário internacional, à medida que o país começa a entrar em crise, suas reservas de ouro reduzem e apresentam déficits em balança de pagamentos bastante expressivos (SERRANO, 2002).

O movimento de contestação vai ganhando intensidade, começa a se discutir o “privilégio exorbitante”, se dão algumas proposições de implantação dos Direitos Especiais de Saque, os quais eram emitidos pelo FMI e teriam conversibilidade em uma cesta de moedas e a resposta dos Estados Unidos

vem primeiro com a declaração da inconvertibilidade do dólar em 1971 e com o choque dos juros em 1979, estabelecido por Paul Volcker, presidente do FED na época (EICHENGREEN, 2000).

É nesse momento que o sistema monetário financeiro internacional e o processo de acumulação capitalista como um todo se alteram e isso gera implicações econômicas, financeiras, políticas e sociais para o resto do mundo. Strange (1987) defende que a referência da desordem no sistema financeiro internacional inicia em 1973: é o ponto de partida em que começam a tomar forma algumas mudanças: uma efetiva desvalorização do dólar, a determinação de taxas de câmbio flexível, também foi o ano em que acontece a subida do preço do petróleo, acompanhado da dependência dos sistemas bancários para encontrar financiamento para suprir os custos com o petróleo (STRANGE, 1987). Um aspecto elementar para definição dos rumos de desenvolvimento da região advém das contribuições teóricas de Susan Strange (1987) a respeito do Poder Monetário Estrutural, que está relacionado ao poder que as economias do núcleo orgânico capitalista dispõem de controlar tanto o poder de financiamento, as políticas macroeconômicas, a geração de crédito e o endividamento das periferias.

O padrão dólar flexível foi estabelecido com o desmonte do sistema de Bretton Woods e causou uma desestabilização na economia mundial capitalista, a inconvertibilidade e flexibilização de taxas de câmbio dos países centrais provocaram movimentos de especulação, posto que o contexto internacional era de crescimento da demanda efetiva e a da liquidez internacional, que vem do crescimento dos EUA como também do circuito *offshore* do eurodólar (SERRANO, 2002).

O neoliberalismo, lido como projeto político-econômico, toma contornos com o estabelecimento do dólar flexível, é compreendido aqui como um refinamento de um projeto de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação de capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2008). É também guiado pelo aprofundamento da

economia de mercado, a qual se manifesta através da desregulação dos mercados, aumento da mobilidade do capital produtivo, prevalência da concorrência, flexibilização das relações de trabalho e nas restrições dos direitos econômicos e sociais. Acompanhado dessas manifestações, a tendência atual à “mundialização” vem acompanhada de um movimento de polarização, que põe fim a uma tendência secular da integração e da convergência (CHESNAIS, 1994).

Uma polarização que se expressa internamente a cada país, na medida em que os seus efeitos são indissociáveis dos que resultam do fosso aberto entre as rendas mais elevadas e as rendas mais baixas, em razão da grande elevação dos rendimentos do capital dinheiro. Uma polarização que é também internacional, por abrir um fosso brutal entre países situados no coração do núcleo orgânico capitalista e os países periféricos (ARRIGHI, 1995).

A centralização e concentração do capital industrial aprofunda o fosso entre os países, processo que foi impulsionado pelas exigências da concorrência e pela mobilização de fusões e aquisições no sentido de reestruturar suas capacidades produtivas, cujo desenvolvimento era favorecido por políticas liberalizantes, de desregulamentação e de privatização. Por esse motivo que os oligopólios mundiais são uma característica marcante dos mercados globais (CHESNAIS, 1995).

“No decorrer dos anos 80, aproximadamente 80% dos investimentos diretos estrangeiros ocorreram entre países capitalistas avançados, sendo que mais ou menos três quartos das operações tinham por objeto a aquisição e a fusão de empresas já existentes, ou seja, tratava-se de uma mudança de propriedade do capital e não de uma criação de novos meios de produção”(CHESNAIS, 1995)

Esse quadro desestimula o investimento produtivo, em especial nas economias latino-americanas, em posição dependente e com projetos ainda incipientes de industrialização a nível nacional. O que observamos então são pelo menos duas décadas de estagnação e tentativa de estabilização econômica na região - pela adoção de políticas econômicas de cunho neoliberal

- e, em seguida, um retorno do crescimento pautado pelo setor primário, com o estímulo estatal às atividades extrativas capital intensivas, no que se configura enquanto neoextrativismo (SAUER; OLIVEIRA, 2022; SVAMPA, 2019). Além disso, a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, regularmente resultando em altas taxas de juros para o empréstimo de crédito aos países dependentes periféricos, situação que é responsável por expor as periferias a vulnerabilidade do ciclo de liquidez internacional (CARCANHOLO, 2004).

Trata-se aqui das replicações específicas do neoliberalismo para a condição dependente latino-americana, que acompanha a lógica de que, sendo a dependência estrutural, reconfigurações também estruturais do modo de produção capitalista impactam centralmente nos contornos do subdesenvolvimento periférico (AMARAL, 2006). Afinal de contas, o eixo dinâmico das economias periféricas permanece voltado para fora e sua posição na Divisão Internacional do Trabalho é instrumentalizada agora pelas cadeias globais de valor para o suprimento das necessidades dos grandes capitais transnacionais ancorados no centro do capitalismo (PAULANI, 2012; TAVARES, 2016).

Para além disso, a financeirização aprofunda a mercantilização da vida, a qual se dá pelo fato de que a transformação do trabalho em mercadoria significa, em última instância, que o corpo do trabalhador, o qual gera a força de trabalho, ter se tornado a própria mercadoria, assim como diversas outras formas de mercadorias fictícias (os recursos hídricos, a educação, a cultura, os territórios) (POLANYI, 2013). Cada vez mais, o capital vai em busca de “mercados” concorrenciais, que por sinal, são em sua maioria aqueles de mercadorias fictícias para auferir maiores taxas de lucro (CHUTANDO A ESCADA, 2022). A contradição mais expressiva é que mesmo a mercantilização e a superexploração do trabalho e da vida sendo o fio condutor que sustenta os processos de acumulação do capital, o capitalismo em seu movimento de autonomização, ainda busca isolar o componente humano (D-D') da equação orientado pela lógica do lucro (MÜLLER, PAULANI, 2012).

Além disso, com o alargamento do regime de produção capitalista, o exército industrial de reserva que passa a tomar forma, tanto nos centros, quanto nas periferias, produz a desqualificação e desmobilização da classe trabalhadora, levando ao pagamento do salário abaixo do valor da força de trabalho, por sua vez, afetam as condições de vida dos trabalhadores, por impossibilitar a reprodução da vida através de acesso a bens de subsistência (MARX, 2013).

Isso significa que, é conformada estruturalmente uma condição desfavorável ao desenvolvimento comparado da América Latina e a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, especialmente de uma classe trabalhadora majoritariamente sob condição de superexploração. O que implica na insuficiência do instrumental político para a resolução ou sequer para a mitigação dos sintomas de esgotamento de um sistema em crise estrutural. Por isso podemos observar o fracasso a longo prazo do neodesenvolvimentismo progressista da Onda Rosa e a subsequente retomada neoconservadora do neoliberalismo pungente, desprovido de alívio social em políticas públicas.

O neodesenvolvimentismo latino-americano do século XXI retoma a tentativa de desenvolvimento comparado em um cenário de franca desindustrialização das pautas produtivas nacionais, agravada pelo *falling behind* perante às tecnologias microeletrônicas, e se alicerça no mercado de *commodities* para uma inserção mais ativa no mercado financeiro (PAULANI, 2012; IBRAHIM, 2015). O que demonstra a inexorabilidade de um eixo dinâmico voltado para fora e de um escopo produtivo essencialmente primário.

O que vemos é um novo-desenvolvimentismo afeito ao rentismo e em concórdia aos preceitos neoliberais, enquanto dois pilares importantes do regime de acumulação financeirizado que caracteriza o capitalismo pós 1973 (HARVEY, 2004; CASTELO, 2017). A dispersão geográfica da classe capitalista, produto da maior volatilidade espacial e territorial do capital sob condições globalizadas e neoliberalizadas, proporcionou lucros para classes

capitalistas rentistas mesmo nas economias mais vulnerabilizadas (HARVEY, 2004). Isso significa que as burguesias nacionais das economias periféricas não mais resguardam qualquer tipo de “fidelidade” ao desenvolvimento doméstico, direcionando seus esforços para ganhos em capital fictício, o mais descolado possível do processo produtivo, e bebendo das altas taxas de lucro do setor primário.

O que se nota, é que o desempenho medíocre das economias latino-americanas pós reformas neoliberais revelam os seus problemas estruturais, sobretudo o processo de abertura externa, que intensificou a fragilidade financeira e a vulnerabilidade das economias. Através de um Sistema Financeiro Internacional de grande instabilidade, a fragilidade revelada é exposta pela dependência de capital externo como fornecedor de crédito. As dimensões dessa vulnerabilidade podem estar relacionadas à dimensão de instrumentos de política econômica em resposta a choques externos ou ao seu custo de enfrentamento. O processo de abertura econômica, tem, assim, papel relevante, pois tende a reduzir os instrumentos de política econômica para combater as instabilidades geradas pelos choques, como também tende a aumentar os custos desse enfrentamento (CARCANHOLO, 2008).

Carcanholo (2008), ainda aponta que através dos pilares do Consenso de Washington, as reformas estruturais que constituíram a abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização das estatais e de serviços públicos, tal como também provocou a eliminação de diversos subsídios públicos, sustentou a liberalização dos preços e a abertura financeira. Sendo assim, são reconhecidas como pré-condições para o estabelecimento de uma economia de mercado (a combinação entre disciplina fiscal, iniciativa privada, a noção de desenvolvimento e crescimento econômico das periferias vinculada a reformas neoliberais).

O Brasil se constitui como um dos maiores exemplos de implementação de um pacto de economia política neodesenvolvimentista, de raízes neoextrativistas e financeirizadas, que dá vazão ao lucro rentista via aparelho estatal (PAULANI, 2012; CASTELO, 2017). A manutenção dos

preceitos neoliberais da auto regulação imposta desde fora, pela base do tripé macroeconômico, durante os governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), durante a primeira década e meia do século XXI, apontam novamente para a condição essencialmente estrutural da dependência brasileira e para os claros limites ao desenvolvimento nacional soberano e popular dentro da lógica capitalista (PAULANI, 2012; CASTELO, 2017).

Considerações Finais

O que pudemos perceber - ou, ao menos, o que tentamos demonstrar - nessas páginas, são processos em cadeia, de estabelecimento e manutenção de relações exploratórias com toda uma porção continental de terra, que permitiram o “sucesso” de um modo de organização produtiva e social pautado pelo lucro. O conceito de sucesso, é claro, se observado pela ótica específica de uma classe rentista, parasitária e acumuladora, que efetivamente enxerga, historicamente, a América Latina - nosso caso especial de análise - enquanto repositório de riquezas e trabalho a serem apropriados. Vale ressaltar, nesse mesmo sentido, que outros territórios também foram objetos indispensáveis de saque e exploração para “girar” as engrenagens da reprodução ampliada. O que nos leva ao seu caráter essencialmente internacional e hegemônico.

Nos referimos ao modo de produção capitalista como sistema econômico hegemônico, não por sua superioridade a outras formas de organização social, mas por sua necessidade de funcionar a nível mundial, suprimindo quaisquer alternativas concorrentes, para não decair; da mesma forma que o burguês precisa expandir sua acumulação para não sucumbir enquanto classe. É no terreno global que o capital maximiza a extração de lucro. A especialização produtiva internacional e o lucro médio no comércio inter-ramos garantem a transferência de riquezas ao centro, contribuindo para a concentração e centralização de capitais nas mãos dessas burguesias, assim como para a crescente monopolização da economia. A

internacionalização das finanças também atua no sentido da transferência e concentração de riquezas em mãos específicas, pelo engendramento do endividamento das economias periféricas. Mas, para além, assegura a valorização de capital a níveis progressivamente altos que, de outra maneira, sobreacumulariam e perderiam valor.

Por isso a internacionalização da produção é forçada através da colonização e do imperialismo. E por isso a internacionalização das finanças é elevada a níveis inteiramente mais sofisticados com a implantação da doutrina neoliberal no interior das economias nacionais. São esses os mecanismos que permitem a produção de excedentes em patamares inéditos para a humanidade - concentrados e centralizados em forma capital em proporções exponencialmente “desequilibradas” - e a manutenção dessa dinâmica, de maneira progressivamente descolada da materialidade. Aqui descrevemos a expressão máxima do capitalismo monopolista/imperialista, a que Lênin se refere como etapa superior ou última do modo de produção capitalista.

No entanto, um ponto central, comum a qualquer etapa de desenvolvimento do capitalismo, não pode deixar de ser tratado para compreendermos o caráter fundamentalmente exploratório da constituição desse sistema-mundo, como alguns autores se referem. Falamos aqui da mercantilização de todos os aspectos da vida sob o signo do capital. Um sistema de organização social e produtiva pautado pelo lucro é um sistema que tende vorazmente à comodificação ou mercantilização de tudo que tenha potencial de lucratividade. O primeiro deles, o trabalho. Mas, mais adiante, vemos uma tendência de comercialização e privatização dos bens mais básicos à reprodução da vida humana: a terra, a água, o ar, as sementes. Com essa lógica de funcionamento em mente, fica perceptível a quase que completa irrelevância da qualidade de vida humana para o bom funcionamento das engrenagens do capital.

Na América Latina, em especial, o descolamento das esferas alta e baixa de consumo, a posição primário-exportadora, a superexploração do

trabalho e o elevado exército de reserva intensificam essa irrelevância da qualidade de vida do trabalhador/consumidor a níveis perigosos. A mão-de-obra barata pode ser substituída facilmente e não se converte em mercado de absorção da produção, que está voltada para fora. Ou seja, temos uma situação de profunda subordinação das economias e sociedades - e vidas! - da periferia do sistema, ao centro e à lógica do capital.

O monopolismo e o imperialismo emergem, portanto, como consequências “naturais” do desenvolvimento de um sistema econômico que se inicia de processos violentos de acumulação de riquezas e se direciona para a reprodução dessa mesma dinâmica *ad infinitum*, com o agravante da progressiva concentração e centralização de capitais. O fenômeno da concentração e centralização também aparecem aqui como consequências “naturais” do desenvolvimento de um sistema fundamentalmente expansivo, em que os detentores dos meios de produção precisam, igualmente, expandir seus lucros e investimentos para lutar contra a desvalorização que advém da superprodução ou da sobreacumulação.

Isso significa que o capital, ao mesmo tempo, que progressivamente se acumula em algumas mãos, não pode ficar parado nessas, sem investimento. Por outro lado, sua reaplicação se traduz em sua multiplicação, o que eleva o nível de transações necessárias para impedir novamente a sobreacumulação. Ao mesmo tempo, as condições de vida da grande massa trabalhadora - especialmente nas economias periféricas - tende a ser comprimida, para a geração de mais lucro. O capital, portanto, funciona em razão de si mesmo. Em termos psicanalíticos, é um sistema profundamente narcísico.

Nesse sentido, ficam claros os limites estruturalmente conformados de qualquer nível de desenvolvimento econômico latino-americano, dentro do capitalismo. A economia capitalista não fracassou aqui em sua implantação, como acreditavam os desenvolvimentistas. Pelo contrário, ela sucedeu em seu projeto primordial. A maximização do lucro, a crescente concentração e centralização de capitais, os mecanismos financeirizados de reinvestimento

“fictício” e o papel da América Latina enquanto objeto de subordinação, exploração e saque em todas essas instâncias, comprova sua centralidade para constituição e manutenção do capitalismo como sistema hegemônico. Portanto, a superação da superexploração da classe trabalhadora latino-americana significa a superação do sistema que a conforma e perpetua. Não há alternativa conciliadora de interesses contraditórios

Fernanda Milena Alves Machado é Graduada em Relações Internacionais pela UFU, especialização em Políticas Públicas para Igualdade na América Latina pela FLACSO, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia na linha de Economia Política Internacional.
Contato: milenamachado.fernanda@gmail.com

Laís Benevenuto de Azevedo é Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista PAPG da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).
Contato: laisbazevedo@hotmail.com

Artigo recebido em: 20/05/2023
Aprovado em: 02/07/2023

Como citar este texto: MACHADO, Fernanda Milena Alves; AZEVEDO, Laís Benevenuto de. América Latina, um Projeto de sociedade subordinada? Uma abordagem crítica aos limites de desenvolvimento da região. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 01, p. 208-234, 2023.

Referências

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Uberlândia, 2006.

ARRIGHI, G. 1995. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. org. **O mundo depois da queda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARRETO, Eduardo Sá. Uma crítica ontológica ao “estado estacionário” de Herman Daly: a Economia Ecológica como Economia Ambiental travestida. **Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx**, v. 6, n. 11, p. 249-263, 2018.

BLOCK, F. L. 1978. The Origins of International Economic Disorder: A Study of United States International Monetary Policy from World War II to the Present. **Berkeley: The University of California Press**. Trad. Esp.: Las Origenes del Desorden Económico Internacional. México, Fondo de Cultura (re-editado em 1987).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Abertura e vulnerabilidade externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio Lourenço. **Desenvolvimento desigual**. Uberlândia: Edufu, 2004.

_____. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. **Análise Econômica**, v. 26, n. 49, 2008.

CASTELO, Rodrigo. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Revista Universidade e sociedade**, n.60, segundo semestre de 2017.

CHESNAIS, F. 1994. **La mondialisation du capital**. Paris: Syros.

DOS SANTOS, Theotonio. La teoría de la Dependencia: un balance histórico. In: Francisco Lopez Segreras, **El Reto de la Globalización**. Ensayos en Homenaje a Theotônio Dos Santos.

CRESALC-UNESCO, Caracas, 1998.

CHUTANDO A ESCADA; Teto de gastos como cloroquina fiscal. **Entrevistada:** Juliane FURNO, J; **Entrevistador:** Filipe Almeida do Prado Mendonça; 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0QskUU7akYL64WCuQTpslO?si=OMO0mnKOS3iyQTIZskQdhg>. Acesso em: 20/01/2023

GARLIPP, Jose Rubens Damas. **Economia desregrada: Marx, Keynes e**

Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo. 2001.

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. In:

International Studies Quarterly, vol. 33, no. 4, pp. 475-99. 1989
GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

IBRAHIM, Hermano Caixeta. **A INDÚSTRIA MICROELETRÔNICA NO BRASIL E NA COREIA DO SUL**: estudo sobre padrão de desenvolvimento. 2015. 284 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LENIN, Vladimir. I. **O Imperialismo**: Fase Superior do Capitalismo. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÜLLER, Leonardo André Paes; PAULANI, Leda Maria. O capital portador de juros. Em: **O capital ou o sistema de Marx**. Trans/Form/Ação, v. 35, p. 69-91, 2012.

NAKATANI, Paulo. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. In: **Simposio Internacional sobre Deuda Publica do OID-Observatório Internacional da Dívida**. Caracas, Venezuela. 2006.

PAULANI, Leda Maria. A Inserção da Economia Brasileira no Cenário Mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s. l], v. 10, n. 10, p. 89-103, abr. 2012. Trimestral. IPEA

POLANYI, Karl. A grande transformação. Leya, 2013.

SAUER, Sérgio; OLVEIRA, Karla R. A. **Extractivismo agrario en el Cerrado brasileño**. São Paulo: Clacso, 2022.

SERRANO, F. 2002. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**. Campinas, jul./dez

STRANGE, S. 1987. **Casino Capitalism**. New York: Manchester University Press.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Guadalajara: Calas, 2019. Universidad de Guadalajara.

TAVARES, Maria da Conceição. The Growth and Decline of Input Substitution in Brazil. In: **Eclac Thinking: Selected Texts (1948-1998)**. United Nations, 2016.